



Universidade Federal de Minas Gerais



Centro Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Diagnóstico da Qualidade e Efetividade do Atendimento Sócio Educativo em Meio Aberto em Minas Gerais

**Análise dos questionários respondidos pela equipe técnica e
pelos adolescentes em atendimentos dos programas:
Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida.**

Versão Preliminar: Não Citar

**Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) -
UFMG**

SUMÁRIO

Equipe

Objetivo

Revisão Bibliográfica

Metodologia

Resultados

1. Variáveis Sócio-Econômicas dos Entrevistados
2. Variáveis de Percepção da Comunidade
3. Experiência de violência no contexto familiar
4. Percepções em relação à escola
5. Espaços de convívio e socialização além da escola
6. Relacionamento com pares
7. Situações de risco e vulnerabilidade dos jovens e seus pares
8. Nível individual
 - 8.1. Auto-estima
 - 8.2. Tempo nos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida.
 - 8.3. Adesão aos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida
 - 8.4. Avaliação dos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida
9. Avaliação dos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida segundo, município.
10. Avaliação dos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, segundo tempo de participação.
11. Avaliação dos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, segundo renda familiar. 123
12. Avaliação dos programas em Meio Aberto: Prestação Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, segundo vínculo do entrevistado.

Referências bibliográficas

EQUIPE

COORDENADOR GERAL

Cláudio C. Beato F., DR. - Dpto Sociologia - Fafich / UFMG

SUBCOORDENADOR

Renato Martins Assunção, Phd - Dpto Estatística - ICEx /UFMG

COORDENAÇÃO DE EQUIPE

Karina Rabelo L. Marinho - Mestre em Sociologia – UFMG

PESQUISADORES

Frederico Couto Marinho – Doutorando em Sociologia (UFMG)

Klarissa Almeida Silva – Doutoranda em Sociologia (UFRJ)

Cristiane Kazuko Torisu – Mestre em Sociologia (UFMG)

Diogo Alves Caminhas – Mestrando em Sociologia (UFMG)

ESTAGIÁRIOS

Danilo Brasil Soares – Graduando em Sociologia (UFMG)

Michael A Soares Miranda – Graduando em Sociologia (UFMG)

Mateus Rennó – Graduando em Sociologia (UFMG)

OBJETIVO

O objetivo da avaliação quantitativa dos programas em meio aberto no estado de Minas Gerais: Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida é coletar informações junto a seus participantes, equipe técnica e jovens em atendimento. Com o questionário destinado a equipe busca-se identificar os recursos pedagógicos, humanos e financeiros além das ações inter-institucionais dos programas. Com o questionário destinado aos adolescentes busca-se identificar seu perfil sócio-econômico, sua exposição à violência no ambiente familiar e comunitário e mensurar suas percepções e críticas aos elementos que compõem os programas. Os dados e análises do campo quantitativo representam uma face de uma avaliação global dos programas em meio aberto no estado de Minas Gerais: Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida que inclui também, análises qualitativas através de entrevistas com os seus trabalhadores e usuários.

O survey respondido pelos adolescentes tem a finalidade de conhecer o seu nível de aceitação e satisfação com o programa, detectar informações relacionadas às causas da delinquência, além de conhecer aspectos do programa que incidam sobre essas causas.

O survey respondido pela equipe dos programas tem a finalidade de conhecer o perfil dos programas responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas em meio aberto (Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida) no estado de Minas Gerais.

A identificação dos elementos explicativos para o comportamento violento dos adolescentes implica na consideração de distintas dimensões de sua formação individual e social. Faz-se necessário, portanto, abordar aspectos relacionados à sua inserção no ambiente familiar, comunitário e social, além de seu pertencimento a grupos – aqui denominado de nível sócio-psicológico, além de aspectos de natureza individual.

A estrutura social onde os indivíduos estão imersos diz respeito às condições econômicas familiares. A suposição de senso comum é a de que contextos familiares onde há dificuldade de inserção no mercado de trabalho, baixa renda, condições precárias de moradia e acesso precário ou restrito à aquisição de bens de consumo leva a uma maior probabilidade de comportamentos delinquentes. A pesquisa deverá investigar a importância desses elementos na determinação do cometimento de atos infracionais. Por outro lado, o

nível estrutural de análise também leva em consideração a violência percebida pelo adolescente na sua comunidade imediata. Segundo a hipótese a ser averiguada, indivíduos pertencentes a comunidades tidas como violentas têm mais chances de desenvolver comportamentos delituosos, dada a existência ou disponibilidade de grupos delinquentes aos quais possam se associar ou dos quais possam sofrer influências.

Outra dimensão a ser abordada refere-se à caracterização dos elementos sócio-psicológicos. O que se supõe nesse nível de análise é a existência de relação entre comportamento delincente e pertencimento a determinados grupos sociais. Assim, serão levados em consideração elementos como tipo de estrutura e relação familiar – onde há a precariedade ou inexistência de relações afetivas, exposição à violência física, etc. – ausência de opções de lazer, ou opções que se desenvolvem em ambientes violentos, convivência com indivíduos delinquentes e natureza do relacionamento com instituições como a escola.

Finalmente, o nível individual deverá considerar aspectos como auto-estima, uso de drogas, princípios éticos frente a transgressões.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No Brasil, sobretudo desde o início da década de 80, ao menos nas grandes cidades brasileiras, a existência de adolescentes sem supervisão, expostos a prática de atos infracionais (autores e vítimas), consumindo e vendendo drogas ilegais, vem sendo construída como problema social pela mídia e pela opinião pública. As explicações para o fenômeno seguem em várias direções, passando pelas questões ato infracional, a exclusão social, a cultura adolescente até o crime organizado. Pouco a pouco, uma opinião pública inquieta, certamente influenciada pelo impacto do rápido crescimento da criminalidade urbana violenta, passa a temer a associação entre adolescentes e crime (especialmente daqueles procedentes dos setores mais pauperizados). Tudo isso leva ao fato dos adolescentes e o ato infracional ganharem cada vez mais espaço na mídia e aparecer no cenário nacional até como uma grande ameaça à ordem social (Adorno, 1999).

As mudanças oriundas com o ECA na proteção às crianças e adolescentes contribuíram para acirrar o debate público e mesmo polarizar as opiniões a propósito das soluções possíveis para prevenir e reduzir os atos infracionais cometidos por adolescentes. A partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e sobretudo, ao amparo jurídico. Dois anos mais tarde, os preceitos constitucionais foram regulamentados através da Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Desde sua edição, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – vem sendo objeto de ampla polêmica. Para alguns, é visto como instrumento eficaz de proteção e de controle social. Em posição diametralmente oposta, encontram-se aqueles que suspeitam ser o ECA instrumento legal inaplicável à sociedade brasileira, pois, segundo seus argumentos, a criminalidade juvenil vem crescendo porque os adolescentes em conflito com a lei não são punidos ou, quando o são, as medidas socioeducativas são brandas comparativamente à gravidade das ocorrências policiais (Volpi, 1998).

Casos de delitos cometidos por indivíduos com até dezoito anos de idade devem ser tratados não como caso de polícia, mas como demanda de intervenções socioeducativas. A suposição assumida é a de que não se pode exigir de pessoas muito jovens os mesmos padrões comportamentais esperados dos adultos, e que o papel destes últimos é educar, ou seja, ensinar e atrair as crianças e adolescentes para viverem em concordância com tais padrões de conduta. Assim, compreende-se que nem o sistema de justiça juvenil, e nem mais o Juizado da Infância e Juventude, têm por atribuição um papel repressivo (Sposato, 2006).

Com relação à criança, ou seja, a pessoa até doze anos de idade incompletos¹, se aplica a *inimputabilidade* e a *irresponsabilidade* penal. Os atos desviantes praticados por crianças que, se cometidos por adultos seriam considerados como crimes, não são enviados ao Juizado. Portanto, parte, como já citado, da concepção que se está tratando um indivíduo em condição peculiar de desenvolvimento, e que deve antes de tudo ser assistido, ao invés de punido. Já o adolescente que comete atos que, de acordo com o Código Penal, são definidos como criminosos, deve ser encaminhado às medidas socioeducativas. Quem tem entre doze e dezoito anos não é considerado *imputável*, mas apenas *responsável* penalmente. Por responsabilidade penal, entende-se à exigência para que o adolescente responda, perante um tribunal e perante a lei, pelo ato infracional cometido, inclusive nas situações de ações que, se cometidas por adultos, seriam consideradas crimes ou contravenções. Assim, o adolescente infrator deve ser apresentado à justiça, acusado por um promotor, defendido por um advogado e julgado por um juiz, mas a ele não serão aplicadas as penas do código penal e sim medidas socioeducativas.

Disto se conclui que o adolescente em conflito com a lei deve ser alvo de políticas protetivas e educativas que evitem rotulá-lo como delinqüente, qualificando-o como sujeito de direitos. Nesta perspectiva, as medidas socioeducativas teriam como objetivo reeducar o adolescente em conflito com a lei, de modo a reintegrá-lo ao processo de desenvolvimento normal de suas atividades na sociedade. A definição de medidas socioeducativas, a normatização da política de atendimento, das medidas e políticas a serem mobilizadas, bem como o papel das instituições e entidades governamentais e não-governamentais foi realizada no livro II do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se dirige aos

¹ Como definido no art.2 do ECA.

adolescentes em conflito com a lei, em razão de sua conduta ou da ação ou omissão dos pais, da sociedade e do Estado.

Trata-se, portanto, de um processo de desjudicialização e descentralização, que foi percebido e defendido por atores políticos e sociais relevantes e especialistas como condição importante para o estabelecimento e o exercício da cidadania infanto-juvenil (Sposato, 2006). O que não impediu que polêmicas tenham sido geradas – sobretudo a partir da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais polêmicas, de modo resumido, têm sido centradas nas discussões em torno da eficácia do Estatuto em garantir a proteção aos jovens sem que isto implique em ausência de punição que, por sua vez, levaria ao incremento de ocorrências policiais entre jovens (Cavallieri, 1995).

Assim, os debates seguem acalorados e divididos em duas frentes: uma delas defendendo que o aumento da criminalidade envolvendo adolescentes em conflito com a lei é consequência da falta, por parte do Estado, da elaboração de uma política eficaz no combate a esse tipo de infração penal. Defendem o recrudescimento dos instrumentos legais que inibem a ação dos adolescentes em relação a essas ações e a diminuição da idade penal, bem como a severidade das aplicações das penas. Outra frente segue discutindo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 e sua real aplicação por parte do Estado. Acusam o Estado de omissão em relação ao Estatuto e de não desenvolver uma política voltada para o bem estar do adolescente infrator (Sierra, 2004).

Espera-se com esta pesquisa, realizar contribuições para o aprimoramento dos programas socioeducativos em meio aberto, proporcionando informações acuradas a esse respeito que sejam capazes de subsidiar o fomento ao processo de desinstitucionalização e descentralização de tais medidas.

METODOLOGIA

A equipe se compromete a elaborar um relatório final tendo em vista, a literatura internacional e nacional sobre os diversos modelos de justiça juvenil e políticas públicas derivadas para o controle e prevenção do crime e da punição juvenil.

Esta pesquisa será baseada na associação das técnicas de análise quantitativa e qualitativa, survey, entrevistas estruturadas, roteiro de observação e coleta e organização de dados secundários.

Os dados quantitativos da pesquisa serão obtidos através das bases de dados existentes nos municípios, além de um questionário estruturado de mensuração de recursos materiais e de pessoal que será respondido pela direção das instituições, obtidos através de formulários aplicados por correio ou telefone junto com o suporte in loco, onde os pesquisadores irão orientar o preenchimento dos mesmos evitando recusas e perda de dados.

Os dados qualitativos serão obtidos através de entrevistas com os gestores das medidas socioeducativas em meio aberto, além da observação sistemática que a equipe empreenderá das rotinas e do funcionamento cotidiano destes programas.

Serão realizadas entrevistas com os gestores das medidas socioeducativas em meio aberto.

Deve-se ressaltar que a unidade de análise não é o indivíduo, mas o sistema de medidas socioeducativas em meio aberto do Estado. A estrutura e o funcionamento das medidas socioeducativas em meio aberto constituem o objeto de estudo, não as características individuais dos gestores e adolescentes atendidos.

Os dados secundários serão obtidos junto às instituições que executam as medidas socioeducativas em meio aberto. A partir de sua sistematização e análise teceremos a caracterização da estrutura, condições materiais e funcionamento desses programas, caracterizando a população atendida, o que inclui: número de adolescentes por programa, segundo duração das medidas, por faixa etária, segundo tipo de infração, segundo a raça

(segundo classificação adotada pela PNAD/IBGE), naturalidade, escolaridade, idade a época de cumprimento da medida, medidas socioeducativas anteriores, infrações; custo médio por adolescentes, equipe de funcionários, relação funcionário / adolescente; serviços e atendimentos disponíveis aos adolescentes (saúde, educação, lazer, trabalho, assistência jurídica e convivência familiar e comunitária) e finalmente a organização das rotinas nos programas; como horários, circulação, uso dos espaços e tipos de atividades desenvolvidas.

Com o intuito de contemplar as três dimensões pormenorizadas acima, o questionário contém os seguintes tópicos:

- Variáveis sócio-econômicas (nível estrutural)
- Variáveis de percepção da comunidade em que vive (nível estrutural)
- Variáveis relativas à estrutura familiar (nível sócio-psicológico)
- Variáveis relativas ao relacionamento familiar (nível sócio-psicológico)
- Experiência de violência física no contexto familiar (nível sócio-psicológico)
- Sentimento em relação à escola (nível sócio-psicológico)
- Consumo cultural e de lazer (nível sócio-psicológico)
- Relacionamento com pares (nível sócio-psicológico)
- Variáveis relativas ao adolescente (nível individual) – auto-estima, uso de drogas, posição entre os irmãos, princípios éticos frente a transgressões.

Além disso, o questionário contém uma bateria de questões acerca do nível de aceitação e adesão dos adolescentes às atividades implementadas pelos programas em Meio Aberto: Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, considerando os seguintes tópicos:

- Atendimento recebido no Programa
- Vínculo com o Técnico
- Resultados alcançados pela participação no Programa
- Empenho do Técnico em apoiar o adolescente

- Empenho em conseguir encaminhamentos para cursos, estágios e outras atividades.

Os conjuntos de variáveis presentes no questionário encontram-se especificado nos quadros a seguir.

| Conjunto A - Variáveis sócio-econômicas | |
|--|-----------------------------|
| 1. Idade | 7. Estado civil |
| 2. Sexo | 8. Se tem filhos |
| 3. Cidade natal | 9. Escolaridade dos pais |
| 4. Bairro de residência | 10. Ocupação dos pais |
| 5. Raça ou cor | 11. Ocupação do adolescente |
| 6. Religião | 12. Situação de residência |

| Conjunto B - Variáveis de percepção da comunidade |
|--|
| 13. Tempo de residência na comunidade |
| 14. Se continuaria no bairro ou não |
| 15. Relacionamento com vizinhos |
| 16. Percepções sobre o espaço físico (lixo, lotes vagos, etc.) |
| 17. Percepções sobre violência no bairro |

| Conjunto C - Experiência de violência física no contexto familiar |
|--|
| 18. Episódios de violência com responsáveis |
| 19. Episódios de violência com companheiro(a) |
| 20. Episódios de violência entre pais e irmãos do adolescente |
| 21. Episódios de violência entre companheiro(a) e filhos do adolescente |
| 22. Episódios de violência com irmãos |

| Conjunto D - Percepções em relação à escola |
|--|
| 23. Frequência (Assiduidade) |
| 24. Se gostaria de mudar de escola |
| 25. Grau de dedicação |
| 26. Grau de satisfação com a escola |

| |
|--|
| Conjunto E - Relacionamento com pares |
| 27. Atividades (além da escola) |
| 28. Procedência dos amigos |
| 29. Relacionamento com os amigos |
| 30. Posição de liderança |
| 31. Comportamento desviante dos amigos |
| 32. Tipos de drogas usadas pelos amigos |
| 33. Consumo de drogas pelo adolescente |

| |
|---|
| Conjunto F - Nível individual |
| F.1 - Auto-estima |
| 34. Percepção do desempenho nas atividades cotidianas |
| 35. Frequência com que recebe elogios |
| 36. Sentimentos frente aos outros |
| 37. Auto-imagem |
| F.2 - Tempo no Programa de Meio Aberto |
| 38. Tempo |
| 39. Reincidente ou não |
| F. 3 - Adesão ao Programa de Meio Aberto |
| 40. Opinião sobre o técnico |
| 41. Opinião sobre o orientador |
| 42. Opinião sobre as atividades |
| 43. O que acredita que mudou com a participação |
| 44. Opinião geral sobre o Programa |
| 45. Apoio externo recebido (pais, escola, etc.). |

| |
|---|
| Conjunto G - Variáveis sobre estrutura e relacionamento familiar |
|---|

| |
|---|
| 46. Quem são os responsáveis pelo adolescente |
|---|

| |
|---------------------|
| 47. Com quem reside |
|---------------------|

| |
|-----------------------------|
| 48. Relacionamento com pais |
|-----------------------------|

| |
|---------------------------------------|
| 49. Relacionamento com companheiro(a) |
|---------------------------------------|

| |
|-------------------------------|
| 50. Relacionamento com irmãos |
|-------------------------------|

Referências bibliográficas

ADORNO, BORDINI e LIMA. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. São Paulo em Perspectiva, 13(4) 1999, pp. 62-74.

ARAÚJO, Silvana. “Da caridade à justiça: uma análise da justiça de menores”. In: Os conflitos sociais da menoridade. RJ: Programa de Políticas Públicas do Centro de Ciências Sociais / PUC, 1984.

CARNEIRO, Carla Bronzo L. “Adolescente infrator: políticas públicas e os desafios para a efetivação dos direitos da infância e juventude. in: Nauta, PUC Minas, BH, jul. 2001.

CAVALLIERI, A. Falhas do Estatuto da criança e do adolescente, organizador Alyrio Cavallieri. RJ: Forense, 1995.

FISHER, ROSA, ADORNO de ABREU. “Políticas penitenciárias, um fracasso?” Lua Nova, SP, 34,1987.

MARQUES, D. F. “Os atos infracionais e as medidas sócio-educativas aplicáveis aos adolescentes”. In: Adolescência, Ato Infracional e Cidadania, ABONG & Fórum DCA, São Paulo, 1999.

RIZZINI, I. A Criança e a Lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000) Rio de Janeiro USU Ed. Universitária, 2000.

SANTOS, J. B.S. “ A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reconstituição histórica Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Infância e Juventude www.mp.rs.gov.br/infanciadoutrina

SARAIVA, João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral . Livraria do Advogado Editora. Porto Alegre, 2003.

SPOSATO, Karyna Batista. O direito penal juvenil. Revista dos Tribunais, SP, 2006.

SIERRA, Vânia Morales. A Judicialização da Infância: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá Rio de Janeiro 2004

SILVA, R. A. Enid; GUERESI, Simone. Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil . Brasília: IPEA, 2003, pág. 27.

TERRA, S. H. “Sobre o ECA e a inimizabilidade penal”. In: Adolescência, Ato Infracional e Cidadania, ABONG & Fórum DCA, São Paulo, 1999.

VOLPI, Mário. Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais sua responsabilização – Brasília: ILANUD, 1998. p. 100.